



Nota em defesa do Quilombo Riacho Santo Antônio/Jitaí (BA)

No dia 3 de fevereiro, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) esteve presente no Quilombo Riacho Santo Antônio/Jitaí, no município de Mata de São João (BA), para uma roda de conversa com lideranças comunitárias, órgãos públicos e representantes institucionais, diante de uma grave ofensiva judicial contra os direitos territoriais do povo quilombola.

Participaram do encontro representantes da Fundação Cultural Palmares, incluindo seu presidente João Jorge e equipe técnica; da Defensoria Pública e da Ouvidoria do Estado; da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI); da assessoria jurídica da comunidade; além das famílias quilombolas do território.

A reunião teve como objetivo central a construção de estratégias políticas e jurídicas para enfrentar uma decisão judicial arbitrária, que suspendeu a certificação do Quilombo Riacho Santo Antônio/Jitaí e impôs o embargo das ações do INCRA, interrompendo os estudos antropológicos necessários à regularização fundiária. A decisão chega ao absurdo de proibir a presença do INCRA na comunidade, sob ameaça de multa de R\$ 200 mil, evidenciando o uso do Judiciário como instrumento de violação de direitos.

A CONAQ denuncia que essa decisão ignora deliberadamente a Constituição Federal, o artigo 68 do ADCT, e a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, responsável por regulamentar o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas. Ao deslegitimar o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, o Judiciário ataca diretamente políticas públicas construídas a partir da luta histórica do povo quilombola.

Esse ataque ocorre em um contexto explícito de especulação imobiliária e avanço do capital sobre territórios tradicionais, com forte atuação de interesses privados articulados ao poder político local de Mata de São João, que tenta transformar o território quilombola em mercadoria, desconsiderando a vida, a história e a ancestralidade do povo negro.

Durante a roda de conversa, os órgãos públicos presentes se comprometeram a acionar o Supremo Tribunal Federal, buscando a suspensão imediata da decisão e a restauração da legalidade. Seguiremos cobrando providências concretas e em vigilância permanente para impedir que esse tipo de ataque se normalize e se espalhe para outros quilombos do país.



É preciso que a Fundação Cultural Palmares tenha mais agilidade e firmeza nos processos de certificação, já que a morosidade institucional abre brechas para perseguições judiciais, criminalização de comunidades e violação sistemática de direitos.

Reafirmamos que não aceitaremos retrocessos. Território quilombola não é negócio, não é mercadoria e não está à venda. Seguiremos em luta, articulados nacionalmente, para garantir o direito à terra, à existência e à autodeterminação dos povos quilombolas.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2026.